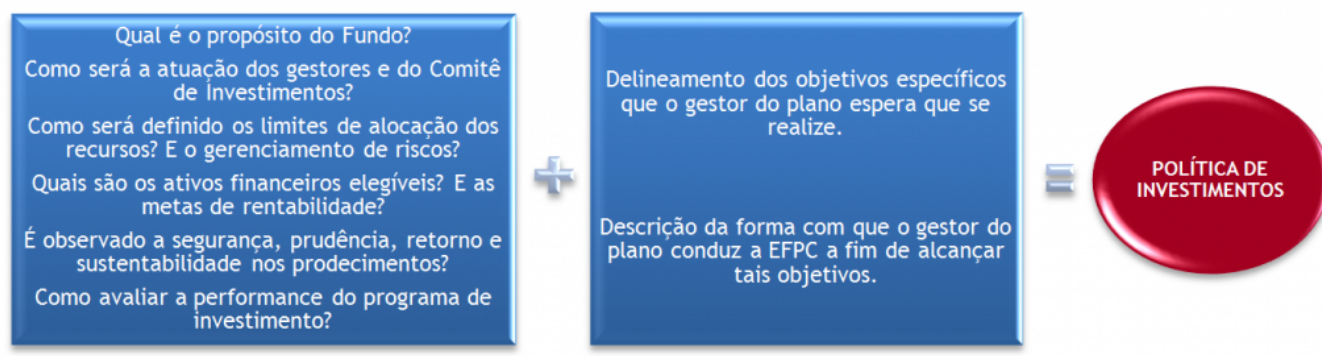


Por Paloma Maria Benelli



É notório que as Entidades Fechadas de Previdência Complementar são consideradas como uma das principais formadoras de poupança de longo prazo em nosso país, possuindo assim, grande relevância na economia nacional. Logo, é flagrante que os dirigentes das EFPC's devem observar as diretrizes legais e assegurar que as contribuições dos participantes sejam aplicadas com responsabilidade, uma vez que a saúde financeira da EFPC e a garantia da aposentadoria complementar de tais participantes dependem, dentre outras coisas, da boa aplicação de seus recursos.

De forma simples e didática, a política de investimentos pode ser definida como uma combinação de filosofia e planejamento: expressa as reflexões acerca de questões importantes para a gestão dos investimentos e, com base nisso, define o planejamento estratégico de longo prazo dos ativos do plano. Vejam:

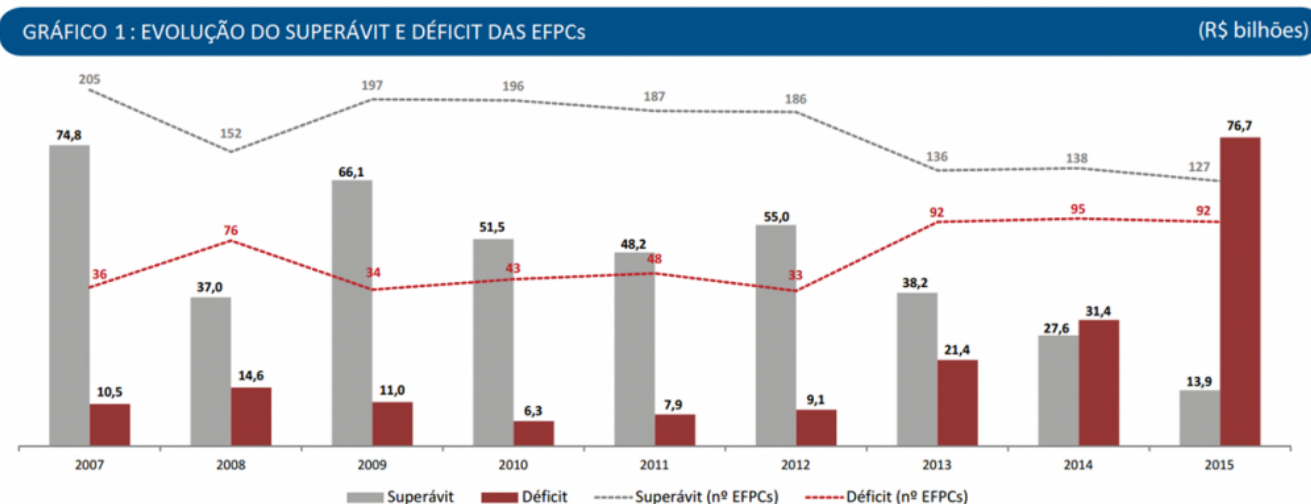


De modo geral, podemos afirmar que a PI formaliza o plano de gestão, traçando as diretrizes dos investimentos dos planos de benefícios, em relação aos limites de alocação por segmento de aplicação, a tolerância ao risco, entre outros componentes. É importante lembrarmos que, embora cada plano tenha sua própria alocação de ativos estabelecida pela política de investimentos, ela deverá observar os limites estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.792/2009 e suas alterações.

O Guia de Melhores Práticas em Investimento da Previc aponta que a política de investimento para planos BD deve ser orientada pelo passivo atuarial e, portanto, fazer uso de instrumentos como o estudo de gerenciamento de ativos e passivos. Enquanto que, para planos CD, é preciso elaborar e utilizar estudos que permitam identificar investimentos que melhor se adequem aos fluxos de pagamento dos benefícios.

Compete aos administradores da Entidade a adesão às diretrizes da política de investimentos, a realização das operações financeiras nela determinadas e a supervisão de funcionários, comitês internos e agentes envolvidos na execução da mesma.

Diante do atual quadro econômico do nosso país, os resultados apresentados pelas EFPC's têm sido palco de debates entre profissionais e interessados no segmento da previdência complementar. De acordo com o Consolidado Estatístico 2015, divulgado pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – Abrapp, o resultado da confrontação de superávit e déficit acumulado das EFPC's apresentou cenário difícil nos dois últimos anos, como ilustra o gráfico a seguir.



Fonte: ABRAPP/SINDAP. Consolidado Estatístico, 2015.

De acordo com o presidente da Abrapp, José Ribeiro Pena Neto, as grandes EFPC's brasileiras terão um desafio pelos próximos anos, diante do desfavorável cenário econômico brasileiro, da sequência de períodos de pagamento de benefícios superando as contribuições e do baixo retorno dos

investimentos. Nesse sentido, tendo em vista que os recursos investidos são responsáveis por garantir o pagamento futuro dos compromissos assumidos pelas Entidades com os seus participantes, cresce a importância de uma consistente política de investimentos na gestão dos ativos do fundo, diante da atual situação vivenciada pela economia brasileira.

Atualmente os gestores já se deparam com uma variedade de ferramentas de alta tecnologia que os auxiliam a administrar os investimentos dos planos de benefícios, permitindo que eles sejam capazes de competir em mercados cada vez mais complexos. No entanto, para o sucesso na gestão é preciso o correto alinhamento entre os objetivos do plano e as estratégias adotadas na política de investimentos.

Os dirigentes das EFPC's devem ter clareza de onde se quer chegar, e tomar decisões baseadas em tal objetivo é fundamental para a construção de uma trajetória de sucesso para a Entidade, bem como para seus participantes e assistidos.

As demandas imediatas e decisões simultâneas que os gestores se deparam diariamente podem ofuscar o pensamento crítico, criando vícios de gestão e não abrindo nossos olhos para alternativas que poderiam ajudar a atingir os objetivos maiores. Diante do contexto apresentado, a política de investimentos oferece aos gestores de planos um meio de superar essa falta de visão de longo prazo, ajudando-os a identificar e priorizar questões de importância direta para o sucesso de seus fundos de pensão.

Segundo o artigo 5^a, da Resolução nº 3.792/2009, a aplicação dos recursos financeiros deve observar a modalidade do plano de benefícios, suas especificidades e características de suas obrigações, com a finalidade de manter o equilíbrio entre os seus ativos e passivos.

Dessa forma, um plano maduro, já em fase de pagamento de benefício aos participantes, necessita de uma maior liquidez e conservadorismo, logo concentra as aplicações em renda fixa. Já um plano em fase de acumulação de recursos, pode buscar alternativas de maior rentabilidade em outros segmentos menos conservadores, como é o caso da Renda Variável. Ademais, se no plano os participantes somente começarão a receber o benefício no médio e longo prazo, existe a possibilidade da recuperação de eventuais perdas geradas por ocasiões de crise no mercado financeiro.

Portanto, uma consistente política de investimentos é vital para a sobrevivência e expansão das EFPC's em nosso país. Tais Entidades sustentam a ligação entre a aplicação de técnicas de investimento e o cumprimento dos objetivos fundamentais de uma EFPC.

Por fim, e nesse âmbito, torna-se fundamental também a atuação do gestor, quando o assunto é investir os recursos financeiros do plano, ou seja, ele deve estar engajado na definição da política de investimentos.

(*) **Paloma Maria Benelli** é Atuária, graduada pela Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL/MG. Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Economia pela Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL/MG. É Atuária Jr. da MERCER GAMA.

Fonte: [Mercer Gama](#), em 21.06.2016.